



PAULO BEHR FERRO E AGÊNCIAS
 pferro@jj.com.br

Veto do prefeito 1

Entre os três vetos do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) a serem analisados hoje, um é o 17/2017, que prevê a publicidade mensal da listagem de atendimentos realizados em unidades de saúde do município. Segundo a prefeitura, o projeto é ilegal e inconstitucional, porque acarretará aumento de despesa e invade a esfera de competência do prefeito.

Veto do prefeito 2

Do vereador Edicarlo Vieira (PSD), o projeto de lei 12.217 - que determina a fixação nos postos dos preços de combustíveis por litro com duas casas decimais - gerou o veto total 19/2017, do Executivo. A propositura, na visão do parecer da prefeitura, fere o que diz o artigo 24, inciso V da Constituição Federal, responsável pela competência sobre legislar a respeito de produção e consumo.

Veto do prefeito 3

O terceiro veto da sessão desta terça-feira será o 20/2017, do projeto de lei 11.603, de autoria do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que busca regular o uso de aparelho portátil de reprodução de música em locais de acesso público do município. No veto, o governo jundiáense registra que os índices sonoros tidos como aceitáveis são de incumbência da União.

Garotinho

A Justiça Eleitoral negou nesta segunda (5) o pedido de prisão do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho. O juiz Glaucenir Silva de Oliveira, da 129ª Zona Eleitoral de Campos dos Goytacazes, norte fluminense, disse na decisão que não há fundamento para decreto de prisão. O juiz ressaltou, porém, que, "por suas palavras e suas manifestações, o réu poderá ser acionado na Justiça por quem se sentir ofendido."

'Aguardemos'

Foi assim que a ex-presidente Dilma Rousseff se manifestou na segunda-feira (5) sobre a retomada nesta terça (6) do julgamento que pode cassar a chapa que a elegeu junto do atual presidente Michel Temer. Perguntada por jornalistas sobre as expectativas quanto ao julgamento e a possibilidade de ter os direitos políticos cassados por até oito anos, assim como a saída de Temer do poder, Dilma se limitou à resposta. "Aguardemos a Justiça", disse.

Julgamento no TSE

Está marcado para esta terça-feira (6) o início do julgamento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que pode tirar Michel Temer (PMDB) do cargo e levar o Brasil a ter um terceiro presidente em pouco mais de um ano. O tribunal decidirá se houve abuso de poder econômico da chapa que elegeu Dilma e Temer em 2014, resultado de quatro ações protocoladas pelo PSDB, derrotada na disputa. A primeira ação foi iniciada ainda em outubro daquele ano.

SERVIDORES PÚBLICOS

Categoria rejeita greve e não terá aumento agora

Em assembleia realizada na noite de ontem, os servidores públicos de Jundiá aceitaram a proposta da prefeitura e não farão greve a partir de hoje. A categoria ficará sem aumento de salário ou correção da inflação em 2017, mas foi beneficiada com o reajuste no valor do cartão-alimentação, que passou de R\$ 507,41 para R\$ 577,41 (majoração de 13,71%). Em julho, o benefício virá com valor dobrado, retroativo a 1º de maio.

Segundo o presidente do

Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá (Sindserjun), Aparecido Luciani, a reposição salarial - em maio de 2018 - será de 3,99% correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) até abril de 2017, mais a inflação a ser apurada no período de maio de 2017 a abril de 2018.

"Vamos voltar a conversar no ano que vem, quando o orçamento da cidade será de total responsabilidade do atual governo. Acompanha-

remos tudo de perto, confiante que, daqui a 12 meses, a categoria possa discutir um ganho real para nossos salários", contou Luciani.

De acordo com nota da prefeitura de Jundiá, o aumento do cartão-alimentação em 13,71% visa manter o poder de compra do trabalhador neste momento de crise, especialmente para os servidores que ganham menos.

Cinco reuniões

A Plataforma de Governança, Finanças e Transpa-

rência informou que realizou cinco reuniões com o Sindserjun e apresentou a situação das finanças municipais e os impactos de eventuais correções na folha de salários dos servidores.

O déficit orçamentário herdado da administração anterior, que supera a casa dos R\$ 180 milhões, associado ao cenário de extrema instabilidade econômica e de incertezas, são as principais causas da impossibilidade de expansão da despesa com pessoal em 2017.

Somente o custo da reposição da inflação, de 4% para todos os servidores, a partir de maio, seria de R\$ 18,7 milhões. Segundo o governo municipal, ele está pagando, desde 1º de janeiro, reajustes que foram concedidos em 2015 para 4.140 servidores e que, somados, chegam a R\$ 28 milhões. Além disso, também estão sendo pagos R\$ 13 milhões referentes às progressões e quinquênios de 3.496 servidores em 2017, conforme foi definido no governo anterior. (P.B.F)

NA CÂMARA

Antonio Carlos Albino (PSB) elogia Guarda da cidade e espera o apoio do deputado federal Miguel Haddad em Brasília

Vereador quer que moção seja 1º passo para projeto pró-GM

PAULO BEHR FERRO
 pferro@jj.com.br

A moção de apelo 37/2017, do vereador jundiáense Antonio Carlos Albino (PSB), inclusa na pauta de hoje da Câmara Municipal, será apreciada na Casa e é, segundo o autor, o primeiro passo para que um projeto em nível federal autorize as guardas municipais de todo o Brasil a oferecer a seu efetivo armas de fogo de calibre restrito, assim como acontece com os policiais civis e militares de todo o País.

Albino reforça a importância da moção observando que a GM de Jundiá, há muito tempo, realiza um trabalho digno de elogios, mas precisa de armamento compatível com a missão que tem de oferecer segurança à comunidade.

"Nossos guardas fazem um serviço de polícia sem armas .40 ou 45, que são utilizadas pelas demais corporações. Isso não pode acontecer. A moção, se aprovada, vai ser encaminhada aos ministérios da Justiça e da Defesa e um ofício relativo ao tema já seguiu a Brasília para o deputado federal Miguel Haddad (PSDB), para que ele



SESSÃO ORDINÁRIA Pauta de hoje tem três vetos do Executivo a projetos de lei, quatro moções e outras propostas para apreciação

'abraça esta ideia'. Contamos com a ajuda dele para que nossa proposta seja bem sucedida", destacou.

Antonio Carlos continuou revelando que a Guarda Municipal vem ganhando espaço e somando conquistas, como a permissão dos GMs de irem para casa após o serviço portando o armamento.

"Nossa luta não pode parar. Estamos com a Associação dos Guardas Municipais do nosso lado. Os agentes de nossa corporação não só nos prestam um grande serviço como se expõem, fardados e em viaturas caracterizadas, no combate ao crime, muitas vezes entrando em favelas e locais de alto risco. Tu-

do para beneficiar a sociedade jundiáense".

Mais moções e vetos

Outras três moções serão apreciadas na sessão da Câmara de hoje. A 32/2017 (do vereador do PPS Wagner Ligabó), também de apelo, é direcionada ao governador Geraldo Alckmin e ao secre-

tário estadual da Saúde, David Uip, para a urgente inclusão do Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) no programa "Santas Casas SUSTentáveis". Duas moções de apoio estão na pauta dos trabalhos desta terça: a 35/2017 (do parlamentar Cristiano Lopes, do PSD) enaltece o projeto 2.427/2015, do deputado federal Antonio Goulart dos Reis (PSD/SP), que dispõe sobre incentivos para aumentar a reutilização de recursos hídricos no Brasil. Já a moção 36/2017, do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), apoia o Sesc pela inovação e transformação social que deu ao País novos modelos de ação cultural.

Em segundo turno, será apreciada na sessão de hoje a proposta de emenda à Lei Orgânica 129/2017, que veda a inauguração ou entrega de obra pública sem conclusão ou inoperacional. A propositura é do vereador Antonio Carlos Albino. Os vereadores ainda analisarão três vetos do prefeito Luiz Fernando Machado (veja nas notas do Pela Ordem) e mais três projetos de lei.

Esta será a 18ª sessão ordinária da 17ª Legislatura de Jundiá e os trabalhos terão início às 18h.

COMISSÃO

Senado pode votar relatório da reforma trabalhista hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado pode votar nesta terça-feira (6) o relatório da reforma trabalhista (PLC 38/2017). Acordo fechado por senadores da base e da oposição ainda na semana passada prevê a votação.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da reforma na comissão, propõe que o Senado aprove o projeto sem modificar o texto da Câmara e defende que seis pontos sejam vetados pelo presidente Michel Temer. O pedido foi duramente criticado por senadores de oposição, que defendem que as mudanças sejam feitas pelo Legislativo.

Senadores opositores apresentaram três relatórios alternativos defen-

dendo a rejeição completa da proposta. Amanhã, no início da reunião, o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), deve conceder a palavra para que os senadores da oposição leiam seus votos em separado, o que deve prolongar os trabalhos.

As discussões na comissão não têm sido tranquilas. A penúltima reunião, no dia 23 de maio, foi marcada por empurrões e agressões verbais entre senadores. Na reunião seguinte, a segurança foi reforçada.

A proposta de reforma trabalhista foi enviada ao Congresso Nacional pelo Executivo e passou por discussão em comissão especial na Câmara e por votação no plenário da Casa.

Após votação na CAE, a reforma passará pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Constituição e Justiça antes de seguir para votação no plenário do Senado.

Também está prevista para amanhã a reunião de instalação do Conselho de Ética do Senado, com eleição do presidente e vice-presidente. O presidente eleito terá como primeira tarefa decidir sobre o prosseguimento de representação formalizada pela Rede contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) por quebra de decoro parlamentar. Será dele a prerrogativa de arquivar a representação ou determinar abertura de processo. (Agência Brasil)

DEFESA

PF envia perguntas ao presidente Temer

A defesa do presidente Michel Temer recebeu nesta segunda-feira (5) as perguntas formuladas pela Polícia Federal (PF) no inquérito que apura as denúncias feitas por executivos da empresa JBS, entre eles os irmãos Joesley e Wesley Batista, na delação premiada homologada pelo ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a PF, as 84 perguntas foram entregues aos advogados do presidente da República às 16h30. Agora, Temer tem 24 horas para responder aos questionamentos que tratam da

gravação da conversa entre ele e Joesley Batista e outros temas relacionados à delação.

Depoimento

Na terça-feira (30), Fachin autorizou a PF a tomar o depoimento do presidente, por escrito. Ao negar pedido da defesa de Temer para que as perguntas só fossem feitas após perícia oficial da gravação,

O ministro Fachin disse que o presidente poderá se negar a responder aos questionamentos relacionados aos áudios, pois tem o direito constitucional de não produzir provas contra si. (Agência Brasil)